



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 370/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1662/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Policlínica – PAM/Codajás.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Fábio Manabu Martins Shimizu, Diretor Geral da Policlínica Codajás e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD-AM – Relatório Conclusivo nº 44/2016 (fls. 1275/1279v).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1708/2016-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fl. 1281/1284v).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica PAM-Codajás. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Quitação. Recomendação à Origem. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do artigo 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº. 2423/1996; e artigos 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, a Prestação de Contas Anuais da Policlínica Codajás, do exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. FÁBIO MANABU MARTINS SHIMIZU, Diretor Geral e Ordenador de Despesa;

9.2- Dar quitação ao responsável, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

9.3- Recomendar à origem que:

9.3.1- Providencie ações que determinem o maior detalhamento do controle de material permanente à sua guarda;

9.3.2- Promova ações que visem a solicitação de pessoal necessário ao funcionamento do Policlínica Codajás face a essencialidade dos serviços ali prestados, visando atender ao interesse público, bem como o seu usuário;

9.3.3- Providencie ações que acompanhem com maior rigor as aquisições de bens e contratações de serviços, de acordo com os artigos 58 a 70 da Lei nº 4320/64.

9.4- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 162, § 1º, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM.

10- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de abril de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 370/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral